

CADERNO DE ENCARGOS

ENSINO DE MANDARIM NAS ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE ESPINHO, PARA O ANO LETIVO 2021/2022



ESPINHO
CÂMARA MUNICIPAL



ER-0089/2015

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarin nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª Objeto do procedimento	4
Cláusula 2.ª Contrato	4
Cláusula 3.ª Prazo de vigência do contrato	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
Cláusula 4.ª Obrigações principais do prestador de serviços	5
Cláusula 5.ª Forma de prestação do serviço	5
Cláusula 6.ª Prazo da prestação do serviço	6
Cláusula 7.ª Objeto do dever de sigilo	6
Cláusula 8.ª Prazo do dever de sigilo	6
SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO	7
Cláusula 9.ª Preço contratual	7
Cláusula 10.ª Condições de pagamento	7
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 11.ª Penalidades contratuais	7
Cláusula 12.ª Força maior	8
Cláusula 13.ª Resolução por parte do contraente público	9
Cláusula 14.ª Resolução por parte do prestador de serviços	9
CAPÍTULO IV - SEGUROS	10
Cláusula 15.ª Seguros	10
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	10
Cláusula 16.ª Foro competente	10
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS	10
Cláusula 17.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Cláusula 18.ª Comunicações e notificações	10
Cláusula 19.ª Contagem dos prazos	10
Cláusula 20.ª Legislação aplicável	11
CAPÍTULO VII – CLÁUSULAS TÉCNICAS	11
Cláusula 21.ª Plano de colocação dos professores	11
Cláusula 22.ª Assiduidade e substituição dos professores	11
Cláusula 23.ª Tempos letivos	12
Cláusula 24.ª Horários das aulas	12
Cláusula 25.ª Estabelecimentos de ensino	12
Cláusula 26.ª Acidentes envolvendo alunos	12
Cláusula 27.ª Recursos Materiais	12
ANEXOS	13
ANEXO A – Estimativa do n.º de turmas para o ano letivo 2021/2022	13
ANEXO B – Parque Escolar	13

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarin nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

ANEXO C – Contactos dos Estabelecimentos de Ensino 13

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarin nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | Objeto do procedimento

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para o “Ensino de Mandarin nas escolas do ensino básico do concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022”, em articulação com os Agrupamentos Escolares do concelho – Dr. Manuel Gomes de Almeida e Dr. Manuel Laranjeira.

Cláusula 2.ª | Contrato

- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - O presente caderno de encargos;
 - A proposta adjudicada;
 - Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; na sua redação em vigor) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª | Prazo de vigência do contrato

- O contrato inicia a sua vigência no dia útil seguinte à data da sua outorga e mantém-se em vigor, no máximo até 30 de junho de 2022 (correspondente ao término do ano letivo 2021/2022), sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- O prazo de execução do contrato será de 212 dias, suspendendo-se nas interrupções letivas respeitantes ao calendário escolar 2021/2022.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarim nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

Cláusula 4.^a | **Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, é obrigação principal do prestador de serviços assegurar o ensino de Mandarim nas escolas do ensino básico do concelho de Espinho.

2. Decorrem ainda para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a. Organizar a cooperação e coordenação técnica entre as partes, escolas e entidade adjudicante, na implementação do ensino de Mandarim, bem como a promoção das medidas necessárias à realização das mesmas;
- b. Elaboração da planificação anual e apresentação de cadernos de atividades que contemplem a programação e desenvolvimento para o Mandarim;
- c. Disponibilizar todos os Conteúdos e Recursos Didáticos necessários ao desenvolvimento do objeto do contrato;
- d. Assegurar a substituição dos professores que careçam de faltar, para que todas as sessões previstas sejam efetivamente lecionadas;
- e. Assegurar que os professores procedam à avaliação individual dos alunos no final de cada período letivo;
- f. Entregar à entidade contratante e aos agrupamentos um relatório conclusivo de todas as atividades realizadas em cada período letivo;
- g. Proceder ao recrutamento de professores, de acordo com o perfil exigido;
- h. Afetar todos os recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento e execução do ensino de Mandarim, que não dependam das escolas e da entidade adjudicante;
- i. Prestar os serviços à entidade adjudicante, conforme as condições definidas neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- j. Comunicar antecipadamente às entidades adquirentes os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- k. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.

3. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a | **Forma de prestação do serviço**

1. O adjudicatário lecionará as aulas de ensino de mandarim nas escolas básicas do concelho, onde terá ao seu dispor salas equipadas com condições para a prestação dos serviços, objeto do contrato a celebrar.

2. O Ensino à Distância poderá ocorrer por determinações governamentais sob orientações e decisões dos Agrupamentos Escolares.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarin nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

- O material pedagógico é da responsabilidade do adjudicatário, obrigando-se ainda a decorá-lo em termos adequados aos fins a que se destina, podendo a entidade adjudicante transmitir instruções genéricas que entenda por convenientes.
- Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a enviar na primeira semana do mês seguinte, para a Divisão de Educação e Juventude, os sumários de cada aula, assinados pelo respetivo docente de Mandarin e pelo professor designado pelo Agrupamento de Escolas respetivo.
- O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar à entidade adjudicante, com uma periodicidade trimestral, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
- No final do ano letivo, o prestador de serviços fica obrigado ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada período letivo, bem como os planos de aula incluindo objetivos, conteúdos, estratégias e recursos.
- O prestador de serviços fica obrigado a elaborar uma ficha de avaliação ao serviço, a ser preenchida pelos docentes, ficha esta que deve ser validada pela entidade adjudicante.
- Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 6.^a | **Prazo da prestação do serviço**

O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nas cláusulas técnicas e anexos do presente caderno, até ao dia 30 de junho de 2022.

Cláusula 7.^a | **Objeto do dever de sigilo**

- O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Espinho, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.^a | **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de três anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarin nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO

Cláusula 9.ª | Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Espinho obriga-se a pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 10.ª | Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Espinho, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Espinho das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.
3. A fatura será acompanhada por nota justificativa, concretamente os sumários das aulas efetivamente dadas, assinadas pelo Professor de Mandarin e por docente designado pela Escola/Agrupamento de Escolas.
4. As faturas deverão ser enviadas para o Município de Espinho – Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, Apartado 700, 4501-901 Espinho ou então através de correio eletrónico para o endereço contabilidade@cm-espinho.pt com a indicação do número de compromisso.
5. Em caso de discordância, por parte do Município de Espinho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 11.ª | Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Espinho pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a este contrato, até ao montante de €500,00 (quinhentos euros);

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarin nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

b. Pelo incumprimento total ou parcial das obrigações previstas no capítulo VII – cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, o Município de Espinho poderá exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

1. **P** = $Fs \times \text{€}100$ (cem euros), em que:
2. **P** = ao valor da penalidade;
3. **Fs** = ao número de tempos letivos em falta.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Espinho pode exigir-lhe uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Espinho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5. O Município de Espinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Espinho exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.^a | **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarin nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.^a | **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Espinho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente nos seguintes casos:
 - a. Desvio do objeto da prestação de serviços;
 - b. Interrupção da prestação de serviços por facto imputável ao adjudicatário por período superior a cinco dias seguidos ou interpolados;
 - c. Não cumprimento do estipulado no Capítulo VII do presente caderno de encargos;
 - d. Não cumprimento das obrigações principais previstas na Cláusula 4.^a do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 14.^a | **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 16.^a.
3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Espinho, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarin nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

CAPÍTULO IV - SEGUROS

Cláusula 15.ª | Seguros

1. Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.
2. O Município de Espinho pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 16.ª | Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª | Subcontratação e cessão da posição contratual

1. Não é admitida a cessão da posição contratual, sem prejuízo do previsto nas alíneas a) ou b) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP.
2. É admitida a subcontratação.
3. A subcontratação depende de autorização, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 318.º devidamente conjugados com o estipulado no artigo 319.º do CCP, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do mesmo código.

Cláusula 18.ª | Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª | Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, obedecendo a sua contagem às regras previstas no artigo 471.º do CCP.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarin nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

Cláusula 20.^a | **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP – na sua redação em vigor) e demais legislação aplicável.

CAPÍTULO VII – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 21.^a | **Plano de colocação dos professores**

1. Na data da outorga do contrato, o adjudicatário deverá entregar em suporte digital, via correio eletrónico para comunidade-educativa@cm-espinho.pt, à Divisão de Educação e Juventude e aos respetivos Agrupamentos de Escolas, a lista de afetação dos professores, bem como todos os elementos biográficos a eles relativos, que incluam:

- Curriculum Vitae*, do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações literárias e profissionais, formação profissional e quaisquer outros elementos relevantes;
- Documentos comprovativos das habilitações académicas e número de anos de experiência de trabalho com criança e jovens no ensino de Mandarin.

2. Sempre que se verifiquem alterações aos registos biográficos dos professores, o adjudicatário deverá comunicá-las imediatamente ao Município de Espinho e aos respetivos Agrupamentos de Escolas.

3. O adjudicatário fica obrigado, desde a data que tenha conhecimento até ao prazo máximo de cinco dias, a proceder, em articulação com os respetivos Agrupamentos de Escolas e o Município de Espinho, à substituição dos professores, sempre que, de modo comprovado, se verifique a sua inadaptação ou incapacidade para desenvolver a sua atividade de forma adequada, quer sob o ponto de vista pedagógico quer no âmbito da relação pedagógica ou do sistema de inter-relações.

Cláusula 22.^a | **Assiduidade e substituição dos professores**

1. Em caso de falta ou impedimento pontual do professor, o adjudicatário terá de assegurar a sua substituição por outro, com o mesmo perfil, sob pena de lhe poder ser exigido o pagamento de uma pena pecuniária, de acordo com o previsto na Cláusula 11.^a deste caderno.

2. Em caso de interrupção definitiva da atividade por parte do professor, o adjudicatário terá de assegurar a sua substituição por outro, com o mesmo perfil.

3. Na situação referida no número anterior, o adjudicatário fica obrigado a informar, de imediato e por escrito, a direção dos respetivos Agrupamentos de Escolas e o Município de Espinho, bem como a proceder à entrega do respetivo certificado de habilitações do professor substituto, nos termos do disposto no n.º 1 da cláusula anterior.

4. O adjudicatário deverá preencher um mapa mensal de assiduidade, até ao dia 08 do mês seguinte ao mês da lecionação, de acordo com minuta a fornecer posteriormente ao adjudicatário, o qual deverá ser conjuntamente confirmado pela Coordenação da Escola e pela Divisão de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Espinho.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarim nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO
			PS02-00-IMP-03 06

Cláusula 23.^a | **Tempos letivos**

1. Cada tempo letivo terá a duração de 60 minutos e será lecionado uma vez por semana.
2. A prestação de serviços englobará 22 turmas durante o ano letivo de 2021/2022, e cada turma terá um tempo letivo por semana com a duração de 60 minutos.

Cláusula 24.^a | **Horários das aulas**

A constituição dos horários para as aulas será disponibilizada pelos Agrupamentos de Escolas em articulação com o adjudicatário.

Cláusula 25.^a | **Estabelecimentos de ensino**

O ensino de mandarim será lecionado nos estabelecimentos de ensino, designados no Anexo “C”.

Cláusula 26.^a | **Acidentes envolvendo alunos**

Os acidentes ocorridos no local e durante as atividades, bem como em trajeto para e de volta desta, ainda que realizada fora do espaço escolar, nomeadamente no âmbito de parcerias, serão cobertos pelo seguro escolar, nos termos legais.

Cláusula 27.^a | **Recursos Materiais**

É da responsabilidade do adjudicatário disponibilizar aos alunos e professores todo o tipo de manuais, documentos e materiais que sirvam de suporte ao desenvolvimento do ensino de Mandarim.

Espinho, 22 de novembro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,



Miguel Reis
PRESIDENTE DA CÂMARA
Nº Func.:1766 22-11-2021
Assinatura Digital Qualificada

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	Ensino de Mandarin nas Escolas do Ensino Básico do Concelho de Espinho, para o ano letivo 2021/2022	
	NIPG	8870/21	
	UNIDADE ORGÂNICA	Divisão de Educação e Juventude	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 06

ANEXOS

ANEXO A – Estimativa do n.º de turmas para o ano letivo 2021/2022

Agrupamento de Escolas	Escola	N.º Turmas
Dr. Manuel Gomes de Almeida	EB n.º 2 de Espinho	6
	EB Silvalde	2
	EB Paramos	3
Dr. Manuel Laranjeira	EB n.º 3 de Espinho	5
	EB Anta	4
	EB Guetim	2
TOTAL		22

ANEXO B – Parque Escolar

Freguesia em que a Escola está localizada	Estabelecimento de Ensino
Freguesia de Espinho	Escola Básica n.º 2 de Espinho
Freguesia de Silvalde	Escola Básica de Silvalde
Freguesia de Paramos	Escola Básica de Paramos
União das freguesias de Anta/Guetim	Escola Básica de Anta
União das freguesias de Anta/Guetim	Escola Básica n.º 3 de Espinho
União das freguesias de Anta/Guetim	Escola Básica de Guetim

ANEXO C – Contactos dos Estabelecimentos de Ensino

Estabelecimento de Ensino	Morada	Telefone
Escola Básica n.º 2 de Espinho	Rua 27 / 4500-000 Espinho	227 319 596
Escola Básica de Silvalde	Estrada Nacional 109 / 4500-603 Silvalde	227 313 172
Escola Básica de Paramos	Travessa dos Loureiros / 4500-542 Paramos	227 313 212
Escola Básica n.º 3 de Espinho	Rua 32-A / 4500-311 Espinho	227 325 139
Escola Básica de Anta	Rua das Escolas / 4500-130 Anta	227 321 348
Escola Básica de Guetim	Rua Luís de Camões n.º 114, 4500-410 Guetim	227 347 656